

DOI: [10.46943/VIII.CONEDU.2022.GT01.067](https://doi.org/10.46943/VIII.CONEDU.2022.GT01.067)

A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DO PROFESSOR NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL INCLUSIVA: UM ENSAIO TEÓRICO

Élcio Basílio Pereira Machado

Professor de Educação Física do Instituto Federal do Maranhão – IFMA e Mestre em Ensino na Saúde elciobasilio@ifma.edu.br;

Vanêssa Xavier Silva Sousa

Pós-Graduanda do Curso de Doutorado em Educação da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD e Professora de Educação Física do Instituto Federal do Maranhão – IFMA vanessa.xavier@ifma.edu.br;

Ana Júlia Rêgo Vieira da Luz

Pós-Graduanda do Curso de Doutorado em Educação da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD e Professora de Química do Instituto Federal do Maranhão – IFMA anajulia@ifma.edu.br

RESUMO

Objetivo desse trabalho foi ressaltar a importância da formação de professor para atuarem como mediadores do conhecimento na perspectiva de contemplar uma educação que permita o acesso a todos, independentemente de sua deficiência. **Metodologia:** este trabalho tratou-se de uma pesquisa qualitativa e exploratória. Sendo assim para a composição desse artigo foi realizado uma busca com apoio nos descritores: google acadêmico, scielo na qual utilizou-se as palavras chaves: Inclusão, formação, inclusiva, professor e também foram utilizados artigos disponibilizados na disciplina de educação especial na turma de 2022.1 do doutorado na Universidade Federal da Grande Dourado – UFGD. Nesse levantamento foram selecionados 40 artigos dos quais apenas 25 atenderam ao objetivo da pesquisa, foram

pesquisados artigos no período de 14 anos de 2005 a 2019, Os dados foram analisados por meio de transcrição e seguiu a análise temática proposta por Minayo (2014). **Resultados:** Percebe-se que a mudança virá a partir de uma junção de políticas públicas, sociedade e comunidade escolar, criando formas de debates para o bem comum levando a uma inclusão cidadã de qualidade. **Conclusão:** torna-se necessário que o professor trabalhe de acordo com as especificidades existentes na raça humana e trate os iguais como iguais e os “diferentes” de acordo com suas necessidades.

Palavras-chave: Educação, Formação, Inclusiva, Mediador, Professor.

INTRODUÇÃO

INÍCIO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E COMO A ESFERA PÚBLICA TRATAVA A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E INCLUSIVA

Os novos paradigmas nos remetem a discussões sobre a forma de ensinar e aprender em especial as atividades a serem desenvolvidas em sala de aula com o Público Alvo da Educação Especial (PAEE). A sociedade é formada por pessoas multiculturais em suas essências, pois não há sociedade onde as pessoas hajam de forma homogênea, tanto na religião, nos anseios e nas aspirações. Sendo assim, os grupos se constroem a partir da necessidade de estarem juntos uns aos outros e a variabilidade de pessoas da mesma espécie existe como princípio biológico do ser humano. Baseado nisso a escola deve se guiar na perspectiva de uma educação inclusiva. Outra característica marcante nos seres humanos é a sensação de liberdade ao poder apresentar seu próprio modo de se expressar para o mundo em sua totalidade e com suas limitações.

Diante do exposto a pesquisa se justifica diante da necessidade da escola de guiar-se na perspectiva da inclusão, pois esta bússola aponta para os anseios e mudanças para uma inclusão de qualidade e tendo como objetivo ressaltar a importância do professor como mediador do conhecimento na perspectiva de contemplar uma educação que permita o acesso a todos, independentemente de sua deficiência. Um dos grandes desafios da educação está na implementação de um fazer pedagógico inclusivo em que a comunidade escolar participe de maneira efetiva para acolher e trazer uma melhor qualidade de ensino para esse público.

No Brasil há uma espécie de Apartheid, movimento que dividia os habitantes em grupos de acordo com sua raça. Isso foi observado por que de um lado há escolas particulares para pessoas com um alto poder aquisitivo, sendo esse grupo uma grande minoria no país, contracenando com escolas públicas, maioria com níveis inferiores nas mais diversas áreas como estrutura física, professores desestimulados, mal remunerados e que em sua maioria não estão nem preocupados com a formação crítica-participativa do aluno

e sim com a formação única e exclusivamente para o mercado de trabalho.

A escola é palco do crítico e reflexivo por trazer para sua essência todas as contradições, e isso ocorre tanto para professores como para alunos. A exclusão das pessoas com deficiência e a concentração de renda nas mãos de poucos é um reflexo do modelo da economia capitalista bem como a disputa por um espaço no mercado de trabalho. Diante disso, é de fundamental importância a qualificação do ensino para que as pessoas com necessidades especiais tenham uma formação para o mercado de trabalho e possam competir igualmente com os aqueles denominados como “normais”.

Além disso, outras características dificultam a inserção das pessoas com necessidades especiais na escola como por exemplo as diferenças socioculturais, idade, tipos de deficiências e níveis de aprendizagem. Essas características exigem do poder público um acompanhamento para que existam políticas educacionais voltadas para os saberes pedagógicos e formação de professores.

Desde a Revolução Industrial, a educação profissional se tornou uma oportunidade de qualificação para o emprego. É aposta de muitos governos das três esferas (municipal, estadual ou federal) a oferta de vagas para jovens e adultos que vislumbram um ensino médio aliado a uma formação técnica. Sendo assim, cabe ressaltar a importância do trabalho do professor na formação de profissionais aptos para o trabalho e emprego no contexto da educação profissional.

Atualmente os debates sobre educação profissional tornam-se legítimos devido a intensa relação escola, mercado de trabalho e direitos sociais. Dessa maneira a educação inclusiva é desafiada a construir um ambiente onde possa relacionar educação profissional e direitos das pessoas com deficiências. Percebe-se que há dificuldades destes debates, apesar dos grandes avanços sociais ocorrido para as pessoas com necessidades nos últimos 20 anos.

É grande a importância dos professores no processo de ensino aprendizagem. Como todo ser humano, os professores constroem conhecimento a respeito do mundo e das pessoas ao redor. Os conhecimentos adquiridos pelos professores durante muitos anos em sala de aula podem ser equivocados, influenciando assim no

aprendizado dos alunos de maneira positiva ou negativa. Tais elementos como sua conduta em sala de aula influenciam na relação professor-aluno incluindo em especial aos que fazem parte do Público Alvo da Educação Especial (PAEE) de maneira que possa melhorar ou atrapalhar o aprendizado (Omote&Vieira, 2018, p11). A Educação Inclusiva será melhor representada na escola a partir do momento em que os professores assumirem um papel social de mobilização para a construção de uma Educação Inclusiva.

Todo ser humano tem a capacidade de desenvolver habilidades e conhecimentos. Dessa forma, reconhecer que existem professores que durante a formação inicial, assim como na formação continuada, não obtiveram embasamento necessário para ministrarem aulas para os alunos Público Alvo da Educação Especial (PAEE), tornando-se uma preocupação imediata, pois este público está sendo incluído nas escolas da rede regular.

Se o professor reconhecer que necessita de uma educação continuada que favoreça a mudança para o novo paradigma de inclusão do aluno na escola, observando suas características, limitações, eles poderão compreender e encontrar ferramentas que possam facilitar a participação da pessoa com deficiência no processo ensino aprendizagem.

A falta de uma educação continuada de qualidade, pode gerar no professor vários sentimentos negativos como: incapacidade, ansiedade, indo a fatores muito pior como o preconceito, podendo leva-lo a impedimentos que levam a exclusão desse público das salas de aula.

A HISTÓRIA DAS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS NA ANTIGUIDADE E NO BRASIL.

Na história da humanidade sempre se fez presente a deficiência, mesmo que de forma ignorada, na maioria das sociedades. Na sociedade Egípcia observa-se uma população preocupada com as pessoas com necessidades, lá o cidadão não era excluído, julgado ou condenado por sua deficiência, muito pelo contrário, a população demonstrava mais carinho, afeto e compreensão, gerando inclusive oportunidades para que pudessem se sustentar e terem uma vida em sociedade.

Relatos e evidências arqueológicas mostram que pessoas com deficiências integravam a hierarquia das classes sociais (nobres, altos funcionários, agricultores, escravos). Essas revelações são comumente encontradas nas artes egípcias ou em túmulos dos faraós (GURGEL, 2015, p 02)

Era comum encontrar alguém com algum tipo de deficiência nos altos cargos do palácio servindo ao faraó um exemplo clássico eram pessoas com baixa estatura que após sua morte eram homenageados com honrarias diante de sua importância para o faraó com para a sociedade (GURGEL, 2015, p 03).

Há relatos ainda de que os egípcios valorizavam pessoas cegas devido a cegueira adquirida durante as tempestades de areia que ocorriam com frequência no deserto. Foram encontrados papiros que sinalizavam para a grande quantidade de pessoas cegas e papiros médicos para a cura dos olhos (GURGEL, 2015, p 04).

Diferente dos egípcios, os Gregos viviam em uma sociedade onde se cultuava o corpo de modo a valorização do corpo saudável e o exercício físico eram de fundamental importância para uma boa forma sendo uma questão social. Muitos gregos levavam o culto ao corpo muito a sério em especial os Espartanos e os Atenienses.

As constantes guerras naquela época era fator primordial para que todos os cidadãos tivessem um corpo saudável para poderem defender seus territórios, muitas cidades-estados colocavam a educação das crianças voltadas para o aprimoramento do corpo de crianças e jovens para atividades físicas.

Diante disso, percebe-se a importância que os Gregos tinham com o culto ao corpo, levando a importância e envolvimento de toda a sociedade inclusive crianças e mulheres "Era comum a política de fortalecimento da mulher para que elas pudessem gerar filhos fortes e saudáveis para participar das guerras e abandonassem os filhos fracos e deficientes." (MONTEIRO, 2009, p 07).

Para os gregos os deficientes não tinham nada a contribuir com a sociedade, tendo menção inclusive que eram subumanos, pessoas a baixo da vida humana. Motivo pelo qual essas pessoas não eram aceitas pela sociedade grega. Os preconceitos eram mencionados

com frequência, inclusive filósofos como Platão e Aristóteles. Eles defendiam que pessoas que fossem dependentes economicamente deveriam ser eliminadas da sociedade.

Quanto aos romanos a sociedade os consideravam inúteis e descartáveis considerando inclusive a ideologia de sacrificar ou até mesmo deixá-los à mercê da sorte, por muitas vezes as crianças eram deixadas abandonadas próximas a animais selvagens, famintos e por isso acabavam sendo devoradas.

Ressalta-se também a sobrevivência de muitos deficientes por interesses única e exclusivamente comerciais, pois os romanos costumavam a frequentar bordéis de prostituições com isso eram comuns as pessoas com deficiências serem utilizados, humilhados. (Negreiros, 2014, p15). A Roma antiga era um cenário de prostituição, entretenimento, colocando as pessoas com necessidades especiais em posição de inferioridade em “trabalhos” com: atrações de circos direcionando-os para chacota, ou sejam para benefícios de uma pequena minoria da sociedade.

Durante muito tempo as pessoas com deficiência foram vistas como pessoas fracassadas, inúteis sendo ignoradas até a sociedade reconhecer a concepção de inclusão. Por conta disso foi necessário a elaboração de leis tornando o preconceito a discriminação como sendo crime fazendo com que as pessoas aprendam a lidar com as diferenças.

Foi somente a partir da segunda guerra mundial que os deficientes começaram a ser vistos como pessoas, devido ao retorno de vários soldados com algum tipo de deficiência por conta dos confrontos. Tudo isso, fez surgir na visão da sociedade uma preocupação com essas pessoas que não eram deficientes e passaram a ser deficientes devido aos confrontos.

As concepções preconceituosas passaram a ser vista com outros olhos diante de uma realidade que se apresentava e que fizeram com que as pessoas notassem que a deficiência não era algo adquirido ao nascer e sim uma consequência e não um mero castigo de Deus. Além disso, foi notado que as pessoas independentes de sua deficiência eram importantes para a construção de uma sociedade mais igualitária.

No nosso Brasil, a deficiência não foi tratada diferente, sendo vista também como castigo de Deus, maldição e em muitos

momentos tratados com a eliminação de pessoas com algum tipo de deficiência, os deficientes sempre foram vistos como coitados, pessoas que não mereciam o dom da vida e como em vários lugares pelo mundo mereciam serem eliminados para que fosse sanado o mal pela raiz.

Segundo (Silva, 1987), as pessoas com algum tipo de deficiência que viviam no Brasil foram incluídas nos grupos dos “miseráveis” por vários séculos. Já na cultura indígenas as pessoas que nasciam com algum tipo de deficiência eram vistas com mal dos deuses, sendo a eliminação sumária das crianças algo normal para a cultura dos mesmos, bem como o abandono por parte dos familiares.

Percebe-se que além dos índios toda a sociedade realizava algum tipo de preconceito contra as pessoas com deficiência. Atualmente, no Brasil, as pessoas com necessidades especiais conseguiram a garantia de muitos direitos, tanto social, educacional como profissional, mesmo sabendo que estão distantes de todos os preconceitos que persistem em acontecer.

Ressalta-se a importância a escola no processo de inclusão, pois é lá um espaço de criticidade e participação dos futuros formadores de opinião, sendo assim, a importância de uma formação consciente.

O caminho da inclusão no Brasil anda a passos lentos de região para região. A Inclusão é garantida por lei, no entanto, só será válido a partir do momento em que os alunos se sentirem acolhidos pela escola e obtiver êxito em sua vida acadêmica. (Bergamo, 2010, P. 39).

Segundo Carneiro (2005), a inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho ocorria de forma aleatória até a década de 1980, eram realizadas por meio de buscas em centros de reabilitações existentes na época. Centros esses existentes somente nas grandes cidades, eram eles responsáveis por todo o processo de seleção e inserção dos candidatos nos devidos postos de trabalho, sendo esses acompanhados pelo estado, pois não haviam políticas de estado para seu acompanhamento ao que diz respeito às maneiras ideais de inserção.

A partir disso, Manica & Caliman (2015, p 54) percebe-se um grande aumento na procura por deficientes qualificados e educados para trabalharem nos mais diversos campos de trabalho. Isso

fez com que esses sujeitos procurassem por qualificação e consequentemente a demanda dos empresários para contratarem trabalhadores com deficiência, ocorrendo uma crescente busca desses trabalhadores por cursos de educação profissionalizante.

Ressalta-se com isso a importância do professor como mediador do conhecimento na perspectiva de contemplar uma educação que permita o acesso a todos independentemente da sua deficiência. Nesse contexto os profissionais de educação, cientes de sua importância, devem entender que essa, sendo uma modalidade de ensino, devem seguir os princípios educacionais gerais, em especial aquele que se refere ao direito de todos os sujeitos ao acesso à uma educação de qualidade.

FORMAÇÃO DE PROFESSORES E AS NECESSIDADES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL INCLUSIVA

De acordo com Carneiro (2005), a necessidade de uma reavaliação na essência dos cursos profissionalizantes oferecidos é resultado da dificuldade de contratação por parte das empresas devido a exigência de mão de obra qualificada para as vagas oferecidas. Documento publicado pelo MTE, deixa bem claro que pessoas com deficiências precisam ser vistos como qualquer um outra, esperando do trabalhar atributos exigidos a qualquer empregador como a dedicação, assiduidade, enfim, que não seja visto como um assistencialismo e sim como oportunidade devido a qualificação que o cargo requer.

Diante disso, Manica e Caliman (2005) afirmam que, atualmente, a indústria exige muito mais do que um colaborador que repita tarefas, e muitas delas ultrapassam o modelo fordista. A indústria atual que deseja ser inclusiva não conseguirá sê-lo se, antes, o indivíduo com deficiência não for qualificado em uma escola profissional para recebê-lo.

É nesse contexto que se reconhece a real necessidade de um professor que atue na educação profissional, que seja qualificado e que busca uma educação inclusiva de qualidade, ou seja, quando ele passa a desenvolver alternativas tirando as amarras e os libertando-os para o conhecimento. E dessa maneira, colocando-os em pé de igualdade para concorrerem com seus colegas, com as

mesmas capacidades para produzirem, serem competentes e deixarem de serem vistos como simples coitados. Segundo (Manica & Caliman, 2015, P.62) “a escola profissional inclusiva deve culminar com a educação de qualidade, em resposta às demandas empresariais e da sociedade como um todo”.

Nessa perspectiva é de fundamental importância que o professor esteja ciente de sua responsabilidade como formador e construa uma metodologia, bem como uma didática que possa refletir sobre as reais necessidades de um aluno com deficiência, além de refletir sobre suas práxis, proporcionando assim experiências que contribuam para o bem comum.

Logo, há uma real necessidade de uma formação profissional adequada para os professores formadores dos futuros técnicos do nosso país, pois as dificuldades encontradas por esses profissionais são muitas como a capacitação muitas vezes desacreditada, professores cansados, desestimulados, não conseguem ir além do que é ensinado aos estudantes, só restando uma formação profissional precária. Entre as dificuldades já citadas, pode-se destacar também a burocracia quanto ao controle dos sistemas educacionais restringindo a autonomia dos professores, bem como a formação continuada dos professores longe da realidade a ser enfrentada no ofício da profissão.

Segundo (Gomes e Marins 2004) os professores percebem a necessidade de uma avaliação para que os alunos possam ser inseridos de uma maneira a qual não possam ser prejudicados seguindo a especificidade de cada um. Eles citam que existem casos raros de professores que conseguem um apoio institucional, sendo o aspecto burocrático a maior dificuldade encontrada no que diz respeito às dimensões pedagógicas.

Para (Gomes e Marins, 2004, p.99) esses professores estão “inseridos nas organizações escolares rígidas e resistentes às mudanças, porque refletem em suas estruturas seu papel social e político, seja pelo que se espera da escola, seja por sua função de reprodução do sistema”. Portanto, para não se frustrarem com as dificuldades apresentadas pelos alunos, na maioria das vezes os professores têm que ceder diante da burocracia, sendo vencido por elas.

Rehem (2009) Identificou a necessidade através de uma avaliação de identificar um perfil profissional dos professores que lecionavam no ensino técnico-profissional para que correspondesse a carência de uma formação técnica. O resultado mostrou que os professores precisavam de uma formação também voltada para uma perspectiva inclusiva, bem como terem metas de trabalho com a diversidade. Observou-se também o anseio uma formação para os professores que trabalham diretamente com os alunos com necessidades educacionais especiais (NEE), pois os profissionais que participaram da pesquisa demonstraram não ter adquirido conhecimento algum durante sua formação inicial e muito menos na educação continuada.

Os avanços dos debates sobre inclusão, sobretudo após a Declaração de Salamanca, cresceram o interesse sobre as questões atitudinais oriundas dos professores no que diz respeito a inclusão. Os estudos mostram relações desencontradas quanto a relação de gênero e as atitudes sociais em relação a inclusão. De acordo com (Brunhara et al., 2019; Saloviita, 2020), as atitudes sociais de participantes do gênero feminino com relação a inclusão podem ser mais favoráveis do que as do gênero masculino. Por outro lado, Capellini et al., 2013; Chopra, 2008; Gouveia, 2019), observou o oposto que os participantes do gênero masculino são mais favoráveis a inclusão do que as participantes do gênero feminino. Também foi observado uma terceira via (Parasuram, 2006) que afirma não haver relação de gênero com as atitudes sociais.

Outra variável encontrada foi a relação com a atitude social à inclusão é a idade cronológica dos professores. Estudos mostram que os mais jovens apresentam atitudes mais favoráveis do que os mais velhos, outro fator observado foi o tempo de experiências em sala de aula, o estudo mostra que professores com mais tempo de serviço apresentam atitudes mais desfavoráveis à inclusão embora haja resultados diversificados. Estudos contrários aos de Leung e Mak (2010) mostram que professores com mais de 10 anos de experiências tiveram mais atitudes positivas do que os com menos experiências.

Observou-se que a área de atuação/formação profissional favoreceria as práticas atitudinais, sendo os profissionais da área de saúde mais aberto as práticas de inclusão do que os profissionais

das exatas, além de uma expectativa de que os profissionais de exatas, através dos conhecimentos adquiridos nas formações continuadas, pudessem se tornar também mais abertos às práticas inclusivas.

Verificou-se também que professores que optaram por especializações na formação em educação especial apresentaram atitudes sociais mais favoráveis do que os que optaram por outras áreas. Do mesmo modo, foi observado que professores que optaram pela área de deficiência intelectual apresentaram mais favoráveis do que os que optaram por deficiência auditiva. Outras variáveis encontradas dizem respeito a habilidades pessoais, a auto eficácia e até mesmo a região do Brasil a qual atua.

Segundo Capellini et al (2013), após uma comparação feita com professores das regiões do Brasil, foi observado que os profissionais das regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste apresentavam atitudes sociais de mais favoráveis do que os profissionais das regiões Sul e Sudeste. No entanto não foi observado em quais variáveis sociodemográficas esses profissionais se diferenciavam.

Para (Salovitta 2020) a relação grau de comprometimento dos alunos Público Alvo da Educação Especial (PAEE) em relação a atitude dos docentes que quanto maior o grau de comprometimento dos alunos com determinada necessidade mais difícil a aceitação dos docentes.

As variáveis apresentadas, demonstram um estudo inconclusivo. Pois precisa-se de mais estudos com intuito de compreender as reais variáveis que possam ser determinantes para as capacitações ideais para que os professores possam desenvolver o melhor trabalho frente ao Público Alvo da Educação Especial (PAEE) e de maneira mais eficaz. Isso sem dúvidas tornará o ensino na educação inclusiva mais prazeroso. Além disso, segundo o autor, as atitudes sociais em relação à inclusão não são construídas ou influenciadas por variáveis específicas de modo isolado.

Diante da ampla carência de professor frente a Público Alvo da Educação Especial (PAEE), é imprescindível que o professor procure diversificar suas estratégias de ensino, buscando novas formas para auxiliá-lo no processo ensino aprendizagem, o que tornará a maneira de ensinar mais satisfatório. Logo é fundamental a busca pelo autoconhecimento para novas maneiras de ensinar.

Capellini 2013 trata de maneira exclusiva as atitudes sociais dos professores por ser uma variável estreitamente pessoal diante dos desafios da educação frente ao Público Alvo da Educação Especial PAEE. Desse modo, os cursos de capacitações devem ajudar os professores na intenção de modificar suas atitudes sociais, tornando-se favoráveis a inclusão social.

Já Salovitta 2020 expõe meios para melhorar as atitudes sociais se utilizando de novas informações como estratégia para mudança de tais atitudes, como a constante busca por aprendizado através das formações continuadas, além da necessidade de espaços de conversas para que possam ser expostas suas angústias, fragilidades, dúvidas frente as dificuldades enfrentadas no ofício de ser professor.

Segundo Plesch, (2009) um dos maiores deságios na construção do conhecimento é permitir que o professor possa lidar com situações complexas voltados para um processo ensino aprendizagem para a inclusão. Atitudes voltadas para a inclusão bem como compreensão das necessidades do aluno Público Alvo da Educação Especial PAEE são de fundamental importância para o ensino aprendizagem pautada em atitudes favoráveis à inclusão (Omote et al, 2005). O processo de educação inclusiva nas escolas depende muito das atitudes positivas dos futuros professores adquiridas durante sua formação inicial, elas podem direcionar o ensino facilitando o processo de educação inclusiva nas escolas (Forlin et al, 2009).

Segundo os autores, existem modificações nas atitudes sociais dos professores em relação a inclusão que podem delinear possíveis procedimentos a serem incluídos em cursos de capacitações. Considerando que as atitudes sociais são de fundamental importância para o contato com o PAEE, são necessários a utilização de diferentes estratégias e devem ocorrer de modo articulado para que essas vivências ocorram de modo favorável ao processo de inclusão.

Outra estratégia eficaz, além da capacitação, é a disponibilização de informação escrita, oferecendo boletim explicativo para professores comuns com dicas de profissionais qualificados da educação especial, incluindo contato dos professores com alunos do Público Alvo da Educação Especial PAEE. Dessa forma, os

professores, após o contato com tais informações, podem apresentar atitudes sociais mais positivas do que os colegas que não participaram da ação.

Foi observado também que a capacitação docente feita por meio de pequenos grupos de trabalho teve maior benefício para a educação inclusiva do que os cursos de capacitação com muitos profissionais. Além disso, os cursos de larga escala não trazem grandes benefícios em questões de crenças, atitudes e valores.

Os novos paradigmas da educação retiram o professor do centro do conhecimento e o coloca como mediador das ações em sala de aula e um dos principais responsáveis pelo processo ensino aprendizagem. Suas condutas servem como instrumento para a formação de um cidadão crítico e participativo.

Diante dos fatos supracitados ressalta-se que nem todos estão preparados para serem inseridos nas classes de ensino comum, pois existem pessoas com algumas patologias que incapacitam suas aprendizagens, sendo assim, é de fundamental importância que prevaleçam as atitudes sociais que favoreçam a inclusão social e que o ato de receber alunos nas escolas ditas “normais” seja considerado um ato de acolhimento e inclusão e não de discriminação e rejeição.

Com a educação profissional deve rever novas formas para atender de maneira significativa as diversidades educacionais existentes no país, refletindo sobre suas necessidades e anseios, revendo as propostas pedagógicas dessas instituições para que, mesmo com as limitações apresentadas as pessoas com Necessidades Educativas Especiais (NEE), possam desenvolver diversas atividades na vida diária. Portanto, surge a necessidade de uma formação inicial e continuada para os professores que juntamente com as mudanças educacionais possam atenda aos anseios desse público, que hoje representa um quarto da população brasileira.

METODOLOGIA

Neste estudo foi submetido a técnica de análise temática proposta pro Minayo (2014) que afirma que” [...] fazer uma análise temática consiste em descobrir o núcleo de sentido que compõem

uma comunicação, cuja presença ou frequência signifiquem alguma coisa pra o objeto analítico visado.”

Sendo Assim, para a composição desse trabalho realizou-se a busca por artigos que foram realizados a partir da busca nos descritores: google acadêmico e scielo na qual utilizou-se as palavras chaves: inclusão, formação, professor e também foram utilizados artigos disponibilizados na disciplina de educação especial na turma de doutorado 2022.1 da Universidade Federal da Grande Dourado – UFGD. Nesse levantamento foram selecionados 40 artigos dos quais apenas 25 atenderam ao objetivo da pesquisa, foram pesquisados artigos no período de 14 anos entre 2005 a 2019.

Os dados obtidos, após a leitura dos artigos relacionados a temática, foram analisados com base na análise de conteúdo qualitativa proposta por Minayo (2014) e a categorização foi feita por meio de (palavras, frases ou resumos) com a observação comentadas e cruzando os resultados com a leitura.

Minayo (2014) afirma que o objetivo da análise temática é ultrapassar o nível do senso comum e do subjetivismo na interpretação e alcançar uma vigilância crítica frente a comunicação dos documentos, textos literários, bibliografias, entrevista ou observação. Na efetuação da análise temática deve-se utilizar as técnicas de análise de expressão; análise de relação; análise temática; e análise de enunciação.

A análise temática de Minayo (2014) consiste em descobrir o núcleo sentido que compõem uma comunicação com significado e foi desdobrada pelo autor em três etapas: pré-análise, exploração do material, tratamento dos resultados obtidos e interpretação.

A pré-análise é a fase inicial da análise de documentos constitui na escolha dos documentos a serem analisados e na retomada das hipóteses e dos objetivos iniciais da pesquisa. Ela pode ser dividida em leitura flutuante, constituição de corpos e formulação de hipótese e objetivos (MINAYO, 2014).

Nesta etapa pré-analítica, determina-se a unidade de registro (palavra chave ou frase) a unidade de contexto (a delimitação do contexto de compreensão da unidade de registro) os recortes, a forma de categorização, a modalidade de codificação e os conceitos teóricos mais gerais que orientam a análise (MINAYO, 2014).

A exploração do material constitui essencialmente numa operação classificatória foi o momento onde os dados foram trabalhados para melhor esclarecimento do texto. A análise temática é uma etapa delicada trabalha com redução dos textos, por exemplo: uma palavra, uma frase, depois define a regra de contagem e em terceiro lugar classificar e agrega aos dados.

O tratamento dos resultados obtidos e a interpretação foi o momento de inferir sobre os dados brutos dividindo-os e passa a ser realizada a interpretação das informações, inter-relacionando as três temáticas abrindo com o início da educação profissional e como a esfera pública tratava a qualificação profissional e inclusiva, a história das pessoas com necessidades especiais na antiguidade e no Brasil, formação de professores e as necessidades da educação profissional inclusiva, novas pistas em torno das novas dimensões teórica sugeridas pela leitura do material.

Realizada as interpretações definiram-se as categorias que foram utilizadas neste estudo, para que ocorresse a interpretação ou avaliação dos dados. Os resultados obtidos foram interpretados e discutidos com embasamento teórico das categorias, para que a compreensão e inferências fossem realizadas.

Ao analisarmos propomos inferências e foi realizada interpretações e foi aberta outra pista em torno de novas dimensões teóricas e interpretativas, sugeridas pela leitura do material (MINAYO, 2014).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se que a mudança virá a partir de uma junção de políticas públicas, sociedade e comunidade escolar, criando formas de debates para o bem comum levando a uma inclusão cidadã de qualidade. As políticas públicas efetivas surgem muitas vezes de ações sociais, da conscientização educacional e do embate político pois para que ocorra essa mudança educacional é necessária que seja uma política de continuidade na formação de todos em especial dos professores nas suas formações tanto inicial como a continuada.

Portanto, torna-se necessário que o professor trabalhe de acordo com as especificidades existentes na raça humana e trate os iguais como iguais e os “diferentes” de acordo com suas

necessidades. Destaca-se também a importância de uma formação inicial e continuada que esteja conectado com o ambiente escolar. Além disso, o professor deve considerar a subjetividade dos saberes em detrimento ao conhecimento que precisa ser adquirido na sua singularidade. Em síntese contemplar a heterogeneidade e suas diferenças.

REFERÊNCIAS

BERGAMO, R. B. **Educação Especial - Pesquisa e prática**. Curitiba, Ibpex, 2010

BRUNHARA, J. A., BERBERIAN, A. P., GUARINELLO, A. C., BISCOUTO, A. R., KRÜGER, S., SILVA, D. V. da., & FERLA, J. B. da S. (2019). **Acessibilidade da pessoa com deficiência no ensino superior: atitudes sociais de alunos e professores de uma instituição de ensino superior**. Revista CEFAC, 21(3), e13018. [http:// dx.doi.org/10.1590/1982-0216/201921313018](http://dx.doi.org/10.1590/1982-0216/201921313018)

CAPELLINI, V. L. M. F., RODRIGUES, O. M. P. R., & Reis, V. L. dos. (2013). **Atitudes sociais de profissionais da educação em relação à inclusão e suas variáveis demográficas [Apresentação de artigo]**. 43ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Psicologia, Aracaju, Sergipe.

CARNEIRO, M. A. **Educação Profissional para pessoas com deficiências: Cursos e Programas Inteligentes**. Brasília: Instituto Interdisciplinar de Brasília, 2005.

FORLIN, C., LOREMAN, T., SHARMA, U., & EARLE, C. (2009). **Demographic differences in changing preservice teachers attitudes, sentiments, and concerns about inclusive education**. *International Journal of Inclusive Education*, 13(2), 195-209. <https://doi.org/10.1080/13603110701365356>

GOMES, H. M; MARINS, H.O. **A ação docente na educação profissional**. São Paulo. Ed. Senac 2004.

GUGEL, M. A. **A pessoa com deficiência e sua relação com a história da humanidade**. Ampid (associação Nacional dos Membros do ministério

Público de defesa dos Direitos dos idosos e Pessoas com Deficiência), 2015. Disponível em http://www.ampid.org.br/ampid/Artigos/PD_Historia.php Acesso em: 21/10/2015

LEUNG, C., & MAK, K. (2010). **Training, understanding, and the attitudes of primary school teachers regarding inclusive education in Hong Kong. International Journal of Inclusive Education**, 14(8), 829-842. <https://doi.org/10.1080/13603110902748947>

MANICA, L.; CALIMAN, G. **A educação profissional para pessoas com deficiência: um novo jeito de ser docente**. Brasília: UNB/UNESCO, 2015.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento pesquisa qualitativa em saúde** 14ªed. Hucitec São Paulo, 2014.

MONTEIRO, A. A. **Corporeidade e educação física: Histórias que não se contam na escola!** Universidade São Judas Tadeu programa de pós-graduação stricto sensu mestrado em Educação Física São Paulo, 2009

NEGREIROS, D. de A. **Acessibilidade Cultural: por que, onde, como e para quem?** Rio de Janeiro, 2014.

OMOTE, S., & VIEIRA, C. M. (2018). **A importância das variáveis pessoais do professor na sua formação para a educação inclusiva**. In A. A. S. de Oliveira. (Org.), Educação especial e inclusiva: contornos contemporâneos em educação e saúde (pp. 11-11). CRV.

OMOTE, S., OLIVEIRA, A. A. S. de, BALEOTTI, L. R., & MARTINS, S. E. S. de O. (2005). **Mudança de atitudes sociais em relação à inclusão. Paidéia**, 15(32), 387-398. <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2005000300008>

PARASURAM, K. (2006). **Variables that affect teachers' attitudes towards disability and inclusive education in Mumbai, India. Disability & Society**, 21(3), 231-242. <https://doi.org/10.1080/09687590600617352>.

PLETSCH, M. D. (2009). **A Formação de professores para a educação inclusiva: legislação, diretrizes políticas e resultados de pesquisas**. *Educar*, 33, 143-156. <https://doi.org/10.1590/S0104-40602009000100010>

REHEM, C. M. **Perfil e formação do professor da educação profissional técnica**. São Paulo: Senac, 2009.

SALOVIITA, T. (2020). **Teacher attitudes towards the inclusion of students with support needs**. *Journal of Research in Special Educational Needs*, 20(1), 64-73. <https://doi.org/10.1111/1471-3802.12466>.

SILVA, Otto Marques. **"A Epopéia Ignorada", "Uma Questão de Competência", "A Integração das Pessoas com Deficiência no Trabalho"**. São Paulo: Cedas, 1987